

Sumário

Capítulo 1

NOÇÕES PRELIMINARES 25

Ronny Charles

1. Breve histórico sobre o Estado – do modelo liberal aos tempos atuais.....	25
2. O Estado e suas funções.....	29
2.1. Funções estatais clássicas.....	29
2.2. Funções essenciais à Justiça.....	30
2.3. A função administrativa. Critérios de identificação e espécies.....	31
3. Administração pública e direito administrativo.....	32
3.1. Fontes do direito administrativo.....	34
3.2. Sistemas administrativos.....	35
4. Reforma Administrativa.....	36
4.1. Introdução.....	36
4.2. Principais alterações.....	37
4.2.1. Servidor público.....	38
4.2.2. Contratos de gestão.....	38
4.2.3. Agências executivas.....	38
4.2.4. Agências reguladoras.....	38
4.2.5. Terceiro setor.....	38
4.2.6. Gestão pública e serviços públicos.....	39
4.3. Formas de administração pública.....	42
5. Tendências no direito administrativo brasileiro.....	44
5.1. Princípio da legalidade.....	44
5.2. Controle social e democracia participativa.....	44
5.3. Supremacia do interesse público sobre o privado.....	45
5.4. Processualização do direito administrativo.....	45
5.5. Crise da noção de serviço público.....	46
5.6. “Agencificação”, com outorga de função regulatória.....	46
5.7. Princípio da subsidiariedade.....	46
5.8. Relativização das regras de direito público em algumas contratações administrativas.....	48
5.9. Formas consensuais como instrumento de resolução de problemas da Administração.....	48
5.10. Administração dialógica.....	49
5.11. Contrato de desempenho.....	50
5.12. Modernização das relações estatutárias.....	50
5.12.1. Programa de Gestão e Desempenho – PGD (Decreto federal nº11.072/2022).....	51

Capítulo 2

O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO..... 53**Ronny Charles**

1. Introdução.....	53
2. Conteúdo do regime jurídico-administrativo	54
2.1. Interesse público primário e interesse público secundário	55
3. Princípios da administração pública	56
3.1. Princípios constitucionais expressos.....	56
3.1.1. Princípio da legalidade	57
3.1.2. Princípio da impessoalidade	60
3.1.3. Princípio da moralidade	62
3.1.4. Princípio da publicidade.....	64
3.1.5. Princípio da eficiência.....	70
3.2. Outros princípios	71
3.2.1. Razoabilidade e proporcionalidade.....	71
3.2.2. Autotutela.....	72
3.2.3. Presunção de legitimidade	74
3.2.4. Motivação.....	74
3.2.5. Segurança jurídica.....	74
3.2.6. Contraditório e ampla defesa	76
3.2.7. Igualdade	77
3.2.8. Finalidade pública.....	78

Capítulo 3

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 81**Fernando Baltar**

1. Introdução.....	81
2. Órgãos públicos	82
3. Autarquias.....	84
3.1. Conceito	84
3.2. Características	85
3.3. Criação	85
3.4. Prerrogativas	86
3.5. Capacidade de autoadministração	87
3.6. Controle finalístico, tutela ou vinculação.....	87
3.7. Regime jurídico dos servidores.....	89
3.8. Autarquias corporativas.....	90
3.9. Foro das autarquias	91
4. Agências reguladoras	92
4.1. Origem.....	92
4.2. Características	93
4.3. Regime de pessoal	95
4.4. Da interação e articulação das agências reguladoras	95
4.4.1. Função regulatória	95
4.4.2. Autorregulação.....	98

5. Fundação pública.....	99
5.1. Conceito	99
5.2. Personalidade jurídica das fundações públicas	99
5.3. Prerrogativas	100
5.4. Fiscalização pelo Ministério Público.....	101
6. Agências executivas.....	102
6.1. Conceito	102
6.2. Requisitos para qualificação	102
6.3. Contratação direta em razão do pequeno valor	103
7. Empresas estatais.....	103
7.1. Conceito	103
7.2. Criação.....	104
7.3. Regime jurídico	105
7.4. Nomeação dos dirigentes.....	109
7.5. Falência das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	109
7.6. Empresa pública	111
7.7. Sociedade de economia mista	111
8. Consórcio público	113
8.1. Introdução	113
8.2. Requisitos	113
8.3. Prerrogativas	115
8.4. Retirada do consórcio público	116
8.5. Contrato de programa.....	116
8.6. Contrato de rateio.....	116
9. Contrato de desempenho	117
10. Súmulas do STF	118
11. Súmulas do STJ	118

Capítulo 4

ENTES DE COOPERAÇÃO..... 119

Ronny Charles

1. Introdução.....	119
2. Serviços Sociais Autônomos.....	121
3. Entidades de apoio	124
3.1. Entidades de apoio e contratações com recursos públicos	126
4. O Terceiro Setor	127
4.1. Terceiro Setor e entidades fechadas	130
4.2. O marco legal do Terceiro Setor no Brasil	131
4.2.1. Certificado de Utilidade Pública Federal (UPF)	133
4.2.2. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)	134
4.2.3. Organização Social (OS).....	136
4.2.3.1. Decreto federal nº 9.190/2017	141
4.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	145
4.2.5. Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES).....	150

4.3. A Lei 13.019 e as parcerias com Organizações da Sociedade Civil.....	153
4.3.1. Dos instrumentos de parceria	154
4.3.2. Do chamamento público	155
4.3.3. Exceções ao chamamento público.....	157
4.3.4. Das vedações	158
4.3.5. Outras nuances.....	159
4.4. Fundos patrimoniais (<i>endowments</i>) e a Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019	161
4.4.1. Fundos patrimoniais (<i>endowments</i>).....	161
4.4.2. A Lei nº 13.800/2019 e o regime jurídico dos fundos patrimoniais	162
4.4.3. Das receitas dos fundos patrimoniais e da utilização dos recursos.....	163
4.4.4. Da formalização do instrumento de parceria e do termo de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público	164
4.4.5. Da aplicação de recursos dos fundos patrimoniais e execução de despesas	165
4.4.6. Do descumprimento do termo de execução e do encerramento do instrumento de parceria.....	166
5. A prestação de serviços não exclusivos pelo terceiro setor	166
6. O quarto setor	168

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS..... 169

Fernando Baltar

1. Introdução.....	169
2. Conceito	169
3. Requisitos do ato administrativo	171
3.1. Competência	172
3.2. Finalidade	175
3.3. Forma	176
3.4. Motivo	177
3.5. Objeto ou conteúdo.....	181
4. Mérito administrativo	181
5. Atributos do ato administrativo	182
5.1. Presunção de legitimidade.....	182
5.2. Imperatividade	182
5.3. Exigibilidade.....	183
5.4. Autoexecutoriedade	183
5.5. Tipicidade.....	183
6. Classificação dos atos administrativos	184
6.1. Atos gerais e individuais	184
6.1.1. Atos gerais.....	184
6.1.2. Atos individuais.....	184
6.2. Atos de império, de gestão e de expediente.....	185
6.2.1. Atos de império	185
6.2.2. Atos de gestão	185
6.2.3. Atos de expediente.....	185

6.3.	Atos vinculados e discricionários.....	185
6.3.1.	Atos vinculados	185
6.3.2.	Atos discricionários	186
6.4.	Atos simples, complexos e compostos.....	187
6.4.1.	Atos simples	187
6.4.2.	Atos complexos	188
6.4.3.	Atos compostos.....	188
6.5.	Ato perfeito, válido, eficaz e exequível	189
6.5.1.	Ato perfeito	189
6.5.2.	Ato válido	189
6.5.3.	Ato eficaz.....	189
6.5.4.	Ato exequível	190
6.6.	Atos constitutivos, declaratórios e ablatórios	190
6.6.1.	Atos constitutivos	190
6.6.2.	Atos declaratórios.....	190
6.6.3.	Atos ablatórios ou ablativos.....	191
6.7.	Ato nulo, ato anulável, ato inexistente e ato irregular	191
6.7.1.	Ato nulo	191
6.7.2.	Ato anulável	191
6.7.3.	Ato inexistente	194
6.7.4.	Atos irregulares.....	194
7.	Espécies de atos administrativos.....	194
7.1.	Atos normativos.....	194
7.2.	Atos ordinatórios.....	196
7.3.	Atos negociais.....	197
7.4.	Atos enunciativos.....	198
7.5.	Atos punitivos	199
8.	Invalidação dos atos administrativos	200
8.1.	Revogação.....	200
8.2.	Anulação	202
8.2.1.	Cassação.....	206
8.2.2.	Outras formas de invalidação.....	206
9.	Súmulas do STF	207

Capítulo 6

PODERES ADMINISTRATIVOS..... 209

Fernando Baltar

1.	Introdução.....	209
2.	Poder regulamentar	210
3.	Poder hierárquico.....	217
4.	Poder disciplinar.....	219
5.	Poder de polícia	221
5.1.	Atributos	224
5.1.1.	Discricionariedade	224
5.1.2.	Autoexecutoriedade.....	225
5.1.3.	Coercibilidade	226

5.2. Condições de validade ou limites ao Poder de Polícia	226
6. Súmulas do STF	227
7. Súmulas do STJ	228

Capítulo 7

AGENTES PÚBLICOS 229

Fernando Baltar

1. Conceito	229
2. Classificação	230
2.1. Agentes políticos.....	230
2.2. Servidores públicos	231
2.2.1. Servidores estatutários.....	231
2.2.2. Empregados públicos.....	232
2.2.3. Servidores temporários.....	233
2.3. Militares	235
2.4. Particulares em colaboração com o Poder Público	235
2.4.1. Por delegação do Poder Público	236
2.4.2. Por requisição, nomeação ou designação	236
2.4.3. Gestores de negócios.....	236
3. Cargos, empregos e funções públicas	236
4. Regime jurídico do servidor.....	238
5. Condições de ingresso	240
6. Provimento e Vacância	251
6.1. Provimento	251
6.1.1. Tipos de provimento.....	251
6.1.2. Formas de provimento	252
6.2. Vacância	255
7. Remuneração dos servidores	255
8. Responsabilidade dos servidores.....	258
8.1. Responsabilidade civil.....	258
8.2. Responsabilidade administrativa.....	259
8.3. Responsabilidade penal.....	261
9. Abuso de autoridade.....	261
9.1. Sujeitos do crime.....	261
9.2. Efeitos da condenação	262
9.3. Das sanções de natureza civil e administrativa	262
10. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	262
11. Estabilidade, vitaliciedade e estágio probatório	265
11.1. Estabilidade	265
11.2. Vitaliciedade	268
11.3. Estágio probatório.....	269
12. Regime especial de previdência do servidor.....	271
12.1. Beneficiários do regime especial.....	271
12.2. Requisitos para aposentadoria voluntária	272
12.3. Aposentadoria por incapacidade permanente	273

12.4. Pensão por morte.....	273
12.5. Contribuição do aposentado e pensionista.....	276
12.6. Abono de permanência	276
12.7. Aposentadoria compulsória	276
12.8. Regime complementar oficial de previdência	277
12.9. Regras de transição	279
13. Súmulas do STF	279
14. Súmulas do STJ	282
15. Súmulas do TCU.....	282

Capítulo 8

LICITAÇÕES PÚBLICAS 285

Ronny Charles

1. Conceito e fundamentos constitucionais	285
2. A Legislação licitatória e a nova lei de licitações	287
3. Objeto da licitação	290
3.1. Margem de preferência na Lei nº 14.133/2021	293
3.2. Dos agentes públicos nas contratações públicas.....	294
3.2.1. Da designação (Art. 7º)	294
3.2.2. Condução da licitação (Art. 8º).....	295
3.2.3. Vedações aos agentes públicos (Art. 9º)	296
3.2.4. Defesa de agentes públicos (Art. 10).....	296
4. Destinatários das regras licitatórias	296
5. Princípios gerais da licitação.....	299
6. Contratação direta – exceções legais ao dever de licitar	299
6.1. Dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021	300
6.2. Inexigibilidade de licitação.....	309
6.2.1. Inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021.....	310
6.3. Inexigibilidade e rol exemplificativo	314
6.4. Do processo de contratação direta	314
6.4.1. Dispensa eletrônica.....	315
7. Modalidades de licitação	316
7.1. Modalidades anômalas de seleção	320
8. Sistema de registro de preços	320
8.1. Características do SRP	321
8.2. Ata de registro de preços	322
8.3. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante (carona).....	322
8.4. SRP contratações diretas	325
8.5. Intenção de Registro de Preços (IRP).....	325
9. Critérios de julgamento	326
10. Fase preparatória da licitação	327
10.1. Fase preparatória (interna)	328
10.1.1. Análise jurídica na Lei nº 14.133/2021	328
10.1.2. Manifestações jurídicas referenciais	329
10.1.3. Responsabilização do parecerista jurídico	330
10.1.4. Estimativa de custos na Lei nº 14.133/2021.....	332

10.2. Fase externa	333
10.2.1. Publicação do instrumento convocatório na Lei nº 14.133/2021	334
10.2.2. Habilitação na Lei nº 14.133/2021	335
10.2.3. Classificação das propostas	339
10.2.4. Desempate de propostas na Lei nº 14.133/2021	340
10.2.5. Adjudicação e homologação	341
10.2.6. Recursos na Lei nº 14.133/2021	342
10.3. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na Lei nº 14.133/2021	343
10.4. Instrumentos auxiliares	344
11. Anulação e revogação da licitação	345
12. Licitação e contratação de serviço de publicidade	346
13. Licitações para microempresas e empresas de pequeno porte	349
14. Licitações para as Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016)	355
14.1. Da não observância das regras licitatórias	356
14.2. Das licitações dispensáveis	357
14.3. Da inexigibilidade de licitação	358
14.4. Disposições diversas sobre as licitações	358
14.4.1. Inexistência de modalidades estáticas	358
14.4.2. Caráter sigiloso do orçamento	359
14.4.3. Inovações para a aquisição	359
14.4.4. Regimes de execução	359
14.4.5. Remuneração variável	361
14.4.6. Contratações simultâneas	361
14.4.7. Das fases	361
14.4.8. Da publicidade	361
14.4.9. Modos de disputa, lances intermediários, reinício da disputa e critérios de desempate	362
14.4.10. Critérios de julgamento	363
14.4.11. Da habilitação	364
14.4.12. Dos recursos	365
14.5. Das normas específicas para alienação de bens	365
14.6. Procedimentos auxiliares às licitações das estatais	365
14.7. Dos contratos	366
15. Lei 14.981/2024 e medidas excepcionais para contratações públicas destinadas ao enfrentamento de calamidade pública	367
15.1 Do regime excepcional	368
15.2 Da fase preparatória	369
15.3 Da dispensa de licitação	369
15.4 Do sistema de registro de preços	370
15.5 Da contratação	371
16. Súmulas do STJ	372
17. Súmulas do TCU	373

Capítulo 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	377
1. Introdução	377
1.1. Contratos administrativos e a ultratividade da Lei nº 8.666/93	378

2. Espécies	379
3. Características.....	380
3.1. Formalismo	380
3.1.1. Obrigatoriedade do instrumento contratual na Lei nº 14.133/2021.....	380
3.1.2. Garantias contratuais.....	381
3.2. Publicidade	383
3.3. Natureza de contrato de adesão.....	384
3.4. Mutabilidade.....	384
3.5. Cláusulas de privilégio (exorbitantes).....	385
3.6. Imposição de ônus especiais.....	386
3.6.1. Possibilidade de exigência de cota para mulheres vítimas de violência e oriundos ou egressos do sistema prisional, na Lei nº 14.133/2021	387
3.7. Contratação de licitante remanescente.....	387
4. Duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021.....	388
5. Alterações contratuais.....	391
5.1. Aditivo e apostila.....	394
5.2. Revisão econômica do contrato.....	395
5.3. Da alocação de riscos (matriz de riscos).....	397
6. Execução do contrato	398
6.1. Fiscalização do contrato.....	398
6.2. Responsabilidade do contratado.....	400
6.3. Encargos trabalhistas e responsabilidade subsidiária	400
6.3.1. Garantias trabalhistas em contratos administrativos e o Decreto federal nº 12.174/2024.....	403
6.4. Subcontratação	405
6.5. Recebimento provisório e recebimento definitivo.....	406
6.6. Lei nº 14.133/2021 e meios alternativos de resolução de controvérsias	406
6.7. Mediação e autocomposição de conflitos, no âmbito da administração pública	407
6.7.1. Regras gerais (válidas para todos os entes)	407
6.7.2. Regras específicas (válidas para a Administração federal)	408
6.8. Da ordem cronológica de pagamentos.....	410
7. Da extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021	410
8. Convênios e instrumentos congêneres.....	414
8.1. Instrumentos conveniais e o Decreto Federal nº 11.531/2023	416
8.1.1. Vedações.....	417
8.1.2. Condições essenciais para a celebração	418
8.1.3. Do subconveniamento	419
8.1.4. Da titularidade dos bens remanescentes	419
8.1.5. Da movimentação financeira	419
8.1.6. Da tomada de contas especial.....	419
8.1.7. Das cooperações sem transferências de recursos ou de bens materiais	420
8.2. Termo de execução descentralizada.....	420
9. Consórcios públicos.....	421
10. Sanções administrativas.....	421
10.1. TCU e sanção de inidoneidade.....	424
10.2. Desconsideração da personalidade jurídica	424
11. Súmulas do STF	425
12. Súmulas do TCU.....	426

Capítulo 10

SERVIÇOS PÚBLICOS 427**Ronny Charles**

1. Introdução.....	427
2. Conceito e elementos.....	428
3. Princípios	429
4. Classificação.....	434
5. Remuneração.....	436
6. Prestação e execução dos serviços públicos.....	438
6.1. Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos	439
6.1.1. Carta de serviços	441
6.1.2. Medidas de desburocratização da tramitação processual	442
6.1.3. Ratificação da dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país.....	443
6.1.4. Da solicitação de simplificação.....	444
6.1.5. Das sanções pelo descumprimento.....	444
6.1.6. Vigência	445
7. Delegação do serviço público	445
7.1. Concessão de serviço público	447
7.2. Permissão de serviço público	450
7.3. Autorização de serviço público.....	452
8. Dos contratos de concessão de serviço público	452
8.1. Dos contratos de concessões comuns	453
8.2. Dos contratos de concessões especiais (parceria público-privada)	462
8.3. Do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)	469
8.3.1. Da prorrogação e da relicitação	471
8.4. Do fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas	476
8.5. Do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	477
8.6. Da arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário	478
8.6.1. Da convenção de arbitragem (da cláusula compromissória e do compromisso arbitral)	479
8.6.2. Do credenciamento e da escolha da câmara arbitral	480
8.6.3. Da escolha dos árbitros.....	480
8.6.4. Da representação da administração pública federal direta e indireta	481
9. Súmulas do STF	481
10. Súmulas do STJ	481

Capítulo 11

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... 483**Fernando Baltar**

1. Conceito	483
2. Evolução do tema	483

2.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado.....	484
2.2. Teoria da responsabilidade com culpa.....	484
2.3. Teoria da culpa administrativa.....	485
2.4. Teoria do risco administrativo	486
2.5. Teoria da responsabilidade integral.....	487
3. A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro.....	487
3.1. Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público	488
3.2. Responsabilidade dos notários.....	489
3.3. Responsabilidade por danos decorrentes de atividades nucleares	489
4. Requisitos para demonstração da responsabilidade estatal	490
5. Posicionamento do STF acerca do nexo de causalidade.....	492
6. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	493
6.1. Força maior.....	493
6.2. Caso fortuito	493
6.3. Atos de terceiros	494
6.4. Culpa exclusiva da vítima	494
7. Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de sua omissão	495
8. Responsabilidade primária e subsidiária	496
9. Responsabilidade do estado por atos legislativos.....	498
10. Responsabilidade do estado por atos judiciais	500
11. Prescrição	501
12. Sujeito passivo da lide	502
13. Responsabilidade do estado por danos causados por atos terroristas	503
14. Responsabilidade do estado pela “perda de uma chance”	505
15. Responsabilidade administrativa ambiental.....	505
16. Responsabilidade civil do estado relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a COVID-19	507

Capítulo 12

BENS PÚBLICOS..... 509

Fernando Baltar

1. Introdução.....	509
1.1. Bens das empresas públicas e sociedades de economia mista	510
2. Classificação.....	512
2.1. Bens de uso comum do povo	512
2.2. Bens de uso especial.....	512
2.2.1. Afetação e desafetação dos bens de uso comum e especial	513
2.3. Bens dominiais.....	514
3. Uso de bem público por administrado.....	516
3.1. Instrumentos estatais de outorga de títulos jurídicos para uso de bens públicos por particulares.....	517
3.1.1. Autorização de uso	517
3.1.2. Permissão de uso	517
3.1.3. Concessão de uso	518
3.1.4. Concessão de direito real de uso	518

3.2. Instrumentos privados de outorga de títulos jurídicos para uso exclusivo de bens públicos por particulares	519
3.2.1. Locação.....	519
3.2.2. Enfitese dos terrenos de marinha.....	521
4. Transferência de bens públicos entre entidades e órgãos públicos	521
4.1. Cessão de uso	521
5. Bens públicos em espécie	522
5.1. Terras devolutas	522
5.2. Terrenos de marinha	522
5.3. Terrenos reservados.....	523
5.4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	523
5.5. Plataforma continental	524
5.6. Rios	524
5.7. Faixa de fronteira	525
5.8. Ilhas.....	525
6. Súmulas do STF	526
7. Súmula do STJ.....	526

Capítulo 13

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 527

Fernando Baltar

1. Introdução ao tema	527
2. Atuação regulatória	528
2.1. Repressão ao abuso do poder econômico.....	528
2.2. Controle de abastecimento e tabelamento de preços	530
3. Intervenção pela exploração direta de atividade econômica ou intervenção participativa	530
3.1. Monopólio.....	531

Capítulo 14

PROCESSO ADMINISTRATIVO 533

Ronny Charles

1. Introdução.....	533
2. Princípios	534
2.1. Motivação	534
2.2. Contraditório e ampla defesa.....	535
2.3. Oficialidade	536
2.4. Gratuidade	537
2.5. Pluralidade de instâncias	537
2.6. Segurança jurídica	537
3. Direitos e deveres dos administrados.....	540
3.1. Dos interessados	541
4. Da competência	542
4.1. Da delegação e da avocação	542
4.2. Do impedimento e da suspeição	544

5. Peculiaridades do processo administrativo	545
5.1. Dos atos processuais.....	545
5.2. Das intimações.....	546
5.3. Das provas.....	547
5.4. Dos pareceres e dos laudos técnicos	547
5.5. Da decisão	548
5.6. Da tramitação prioritária	549
5.7. Dos prazos.....	549
6. Do recurso administrativo, da coisa julgada administrativa e da revisão	550
7. Prescrição administrativa	552
7.1. Preclusão	554
7.2. Prescrição (preclusão) intercorrente	554
8. Processo administrativo e súmula vinculante	555
9. Do processo administrativo disciplinar.....	556
9.1. Espécies de processo disciplinar	556
9.2. Penalidades disciplinares.....	559
9.3. Fases do processo disciplinar	561
9.4. “Prescrição” da ação disciplinar.....	566
10. Decreto nº 10.153 e as salvaguardas aos denunciantes de ilícitos na Administração	568
11. Súmulas do STF	570
12. Súmulas do STJ	570
13. Enunciados CGU.....	572

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA **575**

Ronny Charles

1. Introdução.....	575
2. Competência legislativa.....	576
3. Elementos	576
3.1. Sujeito passivo.....	577
3.2. Sujeito ativo.....	577
3.3. Atos de improbidade.....	580
3.4. Elemento subjetivo	586
4. Das sanções	588
4.1. Indisponibilidade de bens.....	589
4.2. Ressarcimento ao erário	591
4.3. Suspensão dos direitos políticos	591
4.4. Perda da função pública	592
4.5. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente	593
4.6. Multa civil.....	593
4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	594
4.8. Reparação por ato de improbidade e o sucessor ou herdeiro	595
4.9. Da graduação das sanções.....	595
5. Da declaração de bens.....	597

6. Dos processos administrativo e judicial	597
6.1. Da desconsideração da pessoa jurídica	604
6.2. Da defesa pelo órgão de assessoramento jurídico	605
6.3. Acordo de não persecução civil	606
6.4. Da prescrição	608
6.5. Outras nuances	609
7. Da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013)	610
7.1. Introdução	610
7.2. Dos atos lesivos à administração pública	611
7.3. Da responsabilização administrativa	612
7.4. Da responsabilização judicial	614
7.5. Do acordo de leniência	615
7.6. Da prescrição	617

Capítulo 16

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 619

Fernando Baltar

1. Introdução	619
2. Classificação	619
2.1. Conforme o momento a ser exercido	619
2.1.1. Controle prévio, preventivo ou <i>a priori</i>	619
2.1.2. Controle concomitante ou sucessivo	620
2.1.3. Controle subsequente, corretivo <i>a posteriori</i>	620
2.2. Conforme a amplitude	620
2.2.1. Controle hierárquico	620
2.2.2. Controle finalístico, tutela ou supervisão ministerial	620
2.3. Conforme origem	620
2.3.1. Controle interno	620
2.3.2. Controle externo	621
2.3.2.1. Controle externo popular	621
2.3.2.1.1. Ação popular	622
2.3.2.1.2. Mandado de segurança	622
3. Controle exercido pela própria administração	625
3.1. Recursos administrativos	626
3.1.1. Legitimidade e prazos para impetração dos recursos administrativos	626
3.1.2. Efeitos	627
3.1.3. Fundamento	627
3.1.4. Encaminhamento e forma dos recursos administrativos	628
3.1.5. Efeitos da decisão revisora	629
3.1.6. Não conhecimento do recurso	629
3.1.7. Espécies de recursos administrativos	630
3.1.7.1. Representação	630
3.1.7.2. Reclamação	630
3.1.7.3. Pedido de reconsideração	631

3.1.7.4. Recurso hierárquico próprio	631
3.1.7.5. Recurso hierárquico impróprio	632
3.1.7.6. Revisão	632
4. Controle legislativo	633
4.1. Controle político	633
4.2. Controle financeiro e orçamentário	634
4.3. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas	637
4.4. Controle dos atos de concessão de aposentadoria ou pensão	637
5. Controle judicial	638
5.1. Súmula vinculante	642
6. Inovações trazidas pela lei de introdução às normas do direito brasileiro – Lei nº 13.655/2018 (LINDB)	643

Capítulo 17

INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE 651

Ronny Charles

1. Introdução	651
2. Modalidades	651
2.1. Limitação administrativa	652
2.2. Servidão administrativa	653
2.3. Ocupação temporária	655
2.4. Requisição administrativa	656
2.5. Tombamento	658
2.5.1. Objeto	659
2.5.2. Espécies	659
2.5.3. Efeitos	660
2.6. Desapropriação	662
2.6.1. Introdução	662
2.6.2. Elementos	662
2.6.3. Competência	663
2.6.4. Modalidades	664
2.6.5. Desapropriação indireta e desapropriação por zona	670
2.6.6. Procedimento	671
2.6.7. Imissão provisória na posse	673
2.6.8. Direitos do desapropriado	676
3. Súmulas do STF	678
4. Súmulas do STJ	679

REFERÊNCIAS 681